JORNAL ATOS

ANO 27 R\$ 1,50

RMVALE, QUAINTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2021

N.º 3.743

Justiça derruba liminares de Aparecida e São José, que retornam à fase vermelha

Recursos que garantiam cidades na fase laranja são cassados; Estado, Procuradoria-Geral e prefeituras mantêm discussões sobre medidas restritivas do Plano São Paulo contra avanço do novo coronavírus

Marcelo A dos Santos RMVale

As discussões entre municípios e Estado sobre as regras e restrições do Plano São Paulo seguem agora com confrontos judiciais. Desde a última sexta-feira (5), quando a Prefeitura de São José dos Campos conseguiu liberação para a fase laranja, uma série de cidades buscaram a reversão. No domingo, Aparecida também garantiu recurso, mas a configuração do cenário mudou nesta segunda-feira (8), com a queda das liminares que atendiam os pedidos das prefeituras joseense e aparecidense.

Até então a Justiça havia concedido duas liminares e negado outras duas para quatro cidades da RMVale (Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte) após ingressarem com ações pedindo a volta da fase laranja do Plano São Paulo.

Mesmo com queda no número de casos pela região nas últimas semanas, o governador João Doria (PSDB) decidiu, na última quarta-feira (3), colocar todos os municípios na fase vermelha do Plano



Escrituras de áreas que passam por regularização; processo é paralisado para inibir os riscos da Covid-19

São Paulo contra à Covid-19. A preocupação, de acordo com o governo tucano, é o colapso do sistema estadual de saúde.

O pedido acatado em São José dos Campos se baseava nos critérios técnicos do anexo 2 do decreto estadual do Plano São Paulo (maio de 2020), que destacou a ocupação de leitos de UTI por Covid-19, que "... deve superar a 75%, o que não ocorreu no município (trecho do despacho) ...".

Aparecida também havia ingressado com uma ação

para retornar à fase laranja. O juiz Paulo César Ribeiro Meireles, da 1ª Vara Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Fórum da Comarca de Guaratinguetá destacou que "...a secretaria de Saúde registrou que haviam vinte leitos equipados

com ventilação mecânica, dos quais apenas um estava ocupado... ...apenas 5% a taxa de ocupação".

As cidades de Pindamonhangaba e Cruzeiro também entraram com ações para voltarem para a fase laranja, mas ambas foram negadas pela Justiça. Os dois municípios recorreram da decisão.

A onda de recursos sofreu mais duas derrotas, após o STF (Supremo Tribunal Federal) acolher recurso do Estado suspendendo as decisões que davam razão a São José dos Campos e Aparecida para seguir na fase laranja. As cidades terão de voltar às medidas de restrições mais rigorosas de isolamento contra a Covid-19.

Nada liberado - Em reunião virtual entre representantes do Governo Doria (PSDB) com prefeitos da região, o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, adiantou que neste momento não há possibilidades de uma revisão das condições da RMVale perante o Plano São Paulo.

O Estado repassou aos municípios que o momento é para seguir as restrições determinadas que colocam a região junto a todo estado de São Paulo na fase vermelha contra a Covid-19, e que a Procuradoria-Geral do Estado iria ingressar com recursos judiciais contra prefeituras que se rebelassem contra as decisões da administração de João Doria.

Prefeitura de Canas paralisa entrega de escrituras depois de agravamento das contaminações de Covid

Pelo menos 12% das famílias de áreas regularizadas não buscaram documentos para tirar loteamentos da clandestinidade

■ Da Redação Canas

Devido ao retrocesso da RMVale (Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte) à fase mais restritiva do Plano SP, a Prefeitura de Canas suspendeu na última quinta-feira (4) a entrega das escrituras de imóveis regularizados em 2020. Dos 275 proprietários beneficiados, 12% não retiraram a documentação.

A administração municipal publicou, na última terça-feira (2), um comunicado em sua página oficial no Facebook convocando, novamente, os moradores dos loteamentos São João e Santa Terezinha, regularizados em setembro de 2020, a comparecerem no Paço Municipal para terem acesso aos títulos de propriedade. Apesar dos documentos estarem disponíveis desde

outubro do ano passado, 38 contemplados não haviam retirado o documento até o início desta semana.

De acordo com o governo da prefeita Silvana Zanin (PDT), após a postagem na internet, cinco contemplados receberem as escrituras até o fim da última quarta-feira.

As entregas foram suspensas no dia seguinte por conta da proibição do atendimento presencial por 15 dias, devido ao retrocesso da RMVale à fase mais restritiva do Plano SP, ordenado pelo governador, João Doria (PSDB) na tarde da última quarta-feira.

Os 33 proprietários que não buscaram os títulos estão impedidos de retirá-los até o fim do prazo de suspensão do atendimento presencial.

As primeiras escrituras foram entregues às famílias dos loteamentos São João e Santa Terezinha, em 22 de setembro do ano passado,



Escrituras de áreas que passam por regularização; processo é paralisado para inibir os riscos da Covid-19

após um longo processo de regularização através do programa estadual "Cidade Legal".

Iniciado em 2017, o trabalho dos técnicos da secretaria estadual de Habitação atendeu uma antiga reivindicação dos moradores das áreas, até então clandestinas, que desde 1994 cobravam

a emissão dos documentos. A diretora de Planejamento e Obras de Canas, Polyana Chaim, ressaltou os benefícios gerados aos proprietários ao terem acesso aos títulos. "Um imóvel regularizado é aquele que está em ordem com todas as documentações da Prefeitura, dentro das normas da Lei de Zoneamento e do Código de Obras e Edificações. Regularizar o imóvel o torna apto para a venda, é valorizado no mercado, o torna um bem para o proprietário e ainda possibilita o acesso a financiamentos para investimentos".



500.472,66

94.090,03

206 176 57

SELECT, N

4,945,577,08

701,367,01

(HE-62,8) 404-96,49

792,096,97

765.125,42

340,913,54

2.333.423.43

173.543.46

43,681,39 11,691,30

22,563,34

479.446,83

73-000,00

509,00

3,713,32

23.807,63

Mineiro busca liberação para Poupatempo e Cidade Legal

Prefeito recebe primeiras respostas positivas para adesão a programas e recursos para Cachoeira Paulista

Thales Siqueira Cachoeira Paulista

O prefeito Antônio Carlos Mineiro (MDB) esteve, na última semana, em São Paulo, buscando recursos por melhorias para Cachoeira Paulista. Apesar do cenário de calamidade financeira deixado por seu antecessor, Edson Mota (PL), o Executivo tenta emplacar projetos como a instalação do Poupatempo.

Foram duas visitas à capital paulista. Na última quarta-feira (3), Mineiro passou pela secretaria de Habitação, juntamente com o secretário-executivo Fernando Marangoni, em busca da inscrição no Programa Estadual de Regularização Fundiária Urbana, o Cidade Legal, criado para auxiliar os municípios paulistas na regularização dos núcleos habitacionais implantados em desconformidade com a lei. Na ocasião, estiveram presentes também o vice--prefeito Ailton Vieira (PTB), além dos vereadores Adriana Ferreira (PTB) e Alexandre Alves (PSD).

Cinco mil famílias devem ser atendidas na primeira etapa de regularização. "Nós temos 18 bairros irregulares, quatro, a gente já vai começar a regularizar. O bairro da Turma 26 e o Embauzinho vamos entrar com quatro bairros de começo para realizar a regularização", destacou o prefeito.

No mesmo dia, a comitiva cachoeirense esteve com o deputado estadual Jorge Caruso (MDB), para apresentar o projeto para idealização da

Casa Clínica para Autismo, e também solicitar o pedido de maquinários para a cidade.

Em reunião realizada na última sexta-feira (5), no Palácio dos Bandeirantes, com o deputado federal Eduardo Cury (PSBD), o secretário do governador Marcos Vinholi e o sub-secretário de Relacionamento com Municípios, Ortiz Júnior, Mineiro, que estava acompanhado pelos vereadores Luiz Gonzaga Brejão (PSC) e Ângela de Melo (MDB), garantiu uma verba de R\$ 400 mil para a implantação de iluminação por led e a instalação de uma agência do Poupatempo no prédio da Rodoviária Nova.

"O prefeito fez uma solicitação à secretaria de Desenvolvimento Regional para a instalação de um Poupatempo em Cachoeira Paulista. O prédio está prontinho, as condições estão todas favoráveis e o secretário Marcos Vinholi, por meio do governador João Doria (PSDB), autorizou a instalação da agência. O Estado vai iniciar as tratativas necessárias com o prefeito para que a gente possa realizar a instalação", frisou Ortiz Junior.

Uma nova reunião será realizada nesta quarta-feira (10), para tratar os pedidos de Mineiro.

Saúde – A ala da Covid-19 foi transferida para o "Pavilhão Íris" da Santa Casa, que estava desativado, e passa a ter uma recepção independente. A capacidade foi aumentada de 8 para 15 leitos e um aparelho de raio-X portátil ficará disponível somente para os pacientes confirmados com o novo coronavírus.

PREFEITURA DE SILVEIRAS AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 007/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2021

TIPO: Menor Preço por Lote OBJETO: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, de forma contínua, e serviços de quincho, abrangendo: mecânica em geral, arrefecimento, refrigeração, retífica de motores, revisão elétrica e eletrônica, com padrões de qualidade e garantia dos veículos automotores oficiais, conforme descrições constantes do Termo de Referência-Anexo I. DATA PARA A ENTREGA DO(S) DOCUMENTO(S) PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO: 24/03/2021, às 9:00 horas. Optando o licitante em não credenciar representante para os atos presenciais, a Declaração de que Cumpre os Requisitos de Habilitação, a Declaração de ME/EPP (se for o caso), deverão ser apresentados em envelopes a parte, devidamente identificados ou avulsos e, os envelopes Documentação e Proposta, poderão ser entregues na Diretoria de Licitações, no mesmo endereço em que será realizada a Sessão Pública até o dia e horário aprazados no presente edital. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal, sito à Praça Padre Antonio Pereira Azevedo, nº 52, Centro, em Silveiras/SP, após recebimento dos envelopes e documentos exigidos para o certame. O EDITAL na íntegra à disposição dos interessados no sítio da Prefeitura Municipal no endereço www.silveiras.sp.gov.br, ícone Portal da Transparência, item Licitações. Silveiras, 10 de março de 2021.

> Guilherme Carvalho da Silva Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SILVEIRAS AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 008/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2021

OBJETO: Registro de Preços para contratação de Pessoa Jurídica prestadora de servico médico especializado na realização de exames de ultrassonografia, conforme descrição constante do Termo de Referência-Anexo I. DATA PARA A ENTREGA DO(S) DOCUMENTO(S) PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO: 25/03/2021, às 09:00 horas. Optando o licitante em não credenciar representante para os atos presenciais, a Declaração de que Cumpre os Requisitos de Habilitação, a Declaração de ME/EPP (se for o caso), deverão ser apresentados em envelopes a parte, devidamente identificados ou avulsos e, os envelopes Documentação e Proposta, poderão ser entregues na Diretoria de Licitações, no mesmo endereço em que será realizada a Sessão Pública até o dia e horário aprazados no presente edital. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal, sito à Praça Padre Antonio Pereira Azevedo, nº 52, Centro, em Silveiras/SP, após recebimento dos envelopes e documentos exigidos para o certame. O EDITAL na íntegra à disposição dos interessados no sítio da Prefeitura Municipal no endereço www.silveiras.sp.gov.br, ícone Portal da Transparência, item Licitações. Silveiras. 10 de marco de 2021.

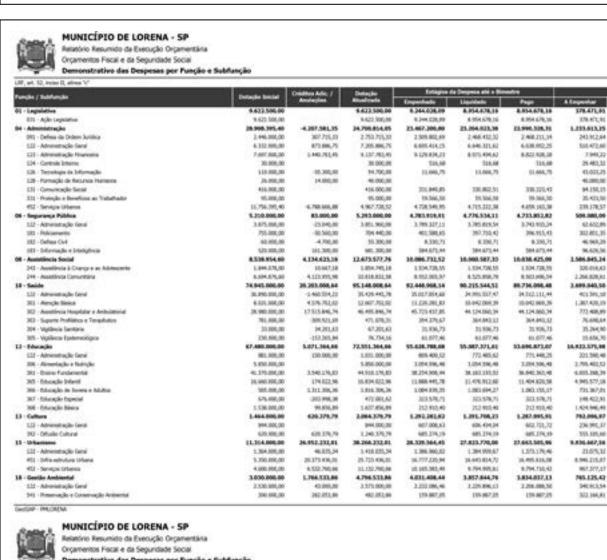
> Guilherme Carvalho da Silva Prefeito Municipal

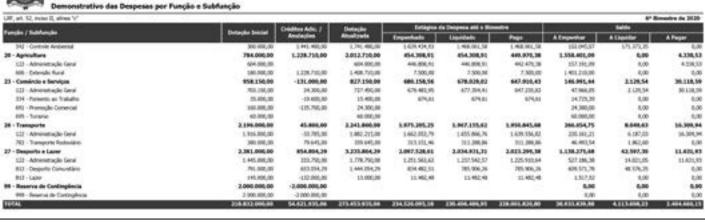
PODER EXECUTIVO

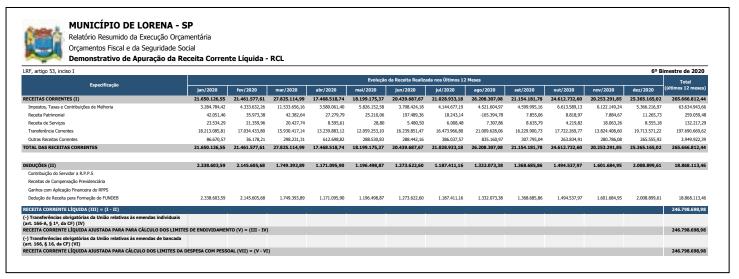
Relatório de Gestão Fiscal

Excesso a Regularizar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo 3º Quadrimestre de 2020 Quadro Comparativo com os Limites da LRI Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento 246.798.698,98 100,0000 Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoa 246.798.698.98 100,0000 **Despesas Totais com Pessoal** 105.135.992.19 42,5999 133,271,297,45 Limite Máximo (art. 20 LRF) 54,0000 Limite Prudencial 95% (par. ún. art. 22 LRF) 126.607.732,58 51,3000 Excesso a Regularizar Dívida Consolidada Líquida -35.976.814,92 Saldo Devedor -14,5774 Limite Legal (arts. 3º e 4º Res. nº 40 Senado) 120,0000 296.158.438,78 Excesso a Regularizar Concessão de Garantias Limite Legal (art. 9º Res. nº 43 Senado) 54.295.713,78 22,0000 Excesso a Regularizar Operações de Crédito (exceto ARO) Limite Legal (inc. I, art. 7º Res. nº 43 Senado) 39,487,791,84 16,0000 Excesso a Regularizar Antecipação da Receita Orçamentária Limite Legal (art. 10 Res. nº 43 Senado) 17.275.908.93 7,0000







PREFEITURA DE SILVEIRAS AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 009/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2021 OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Conjunto de Refeitório composto de 01 mesa e 02 bancos, empilháveis, para as escolas da Rede Municipal de Ensino. conforme descrição constante do Termo de Referência-Anexo I. DATA PARA A ENTREGA DO(S) DOCUMENTO(S) PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO: 26/03/2021, às 09:00 horas. Optando o licitante em não credenciar representante para os atos presenciais, a Declaração de que Cumpre os Requisitos de Habilitação, a Declaração de ME/EPP (se for o caso). deverão ser apresentados em envelopes a parte, devidamente identificados ou avulsos e, os envelopes Documentação e Proposta, poderão ser entregues na Diretoria de Licitações, no mesmo endereço em que será realizada a Sessão Pública até o dia e horário aprazados no presente edital. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal, sito à Praça Padre Antonio Pereira Azevedo, nº 52, Centro, em Silveiras/SP, após recebimento dos envelopes e documentos exigidos para o certame. O EDITAL na íntegra à disposição dos interessados no sítio da Prefeitura Municipal no endereço www.silveiras.sp.gov.br, ícone Portal da Transparência, item Licitações, Silveiras, 10 de março de 2021

> Guilherme Carvalho da Silva **Prefeito Municipal**

PREFEITURA DE SILVEIRAS AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 010/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2021

TIPO: Menor Preco por item

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de alunos para a Escola Técnica Estadual "Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel" no município de Cachoeira Paulista-SP, conforme descrições constantes do Termo de Referência-Anexo I. DATA PARA A ENTREGA DO(S) DOCUMENTO(S) PARA CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO: 26/03/2021, às 10:30 horas. Optando o licitante em não credenciar representante para os atos presenciais, a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, a declaração de ME/EPP (se for o caso), deverão ser apresentados em envelopes a parte devidamente identificados ou avulsos e os envelopes Documentação e Proposta, poderão ser entregues na Diretoria de Licitações, no mesmo endereço em que será realizada a Sessão Pública, até o dia e horário aprazados no presente edital. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal, sito à Praça Padre Antonio Pereira Azevedo, nº 52, Centro, em Silveiras/SP, após recebimento dos envelopes e documentos exigidos para o certame. O EDITAL na íntegra à disposição dos interessados no sítio da Prefeitura Municipal no endereço www.silveiras.sp.gov.br, ícone Portal da Transparência, item Licitações. Silveiras, 10 de março de 2021.

Guilherme Carvalho da Silva Prefeito Municipal

Representante em São Paulo-SP; Revesp Representações - Tel.: (11) 5051-4611

Circulação: Aparecida - Cachoeira Paulista - Canas - Cruzeiro - Cunha

Expediente

EDITOR: EDER BILLOTA R. Mai. Dendoro da l'omeca, 173 - CEE: 12401-010 Tel.: (12)3522-9571- Pindamonhangaba

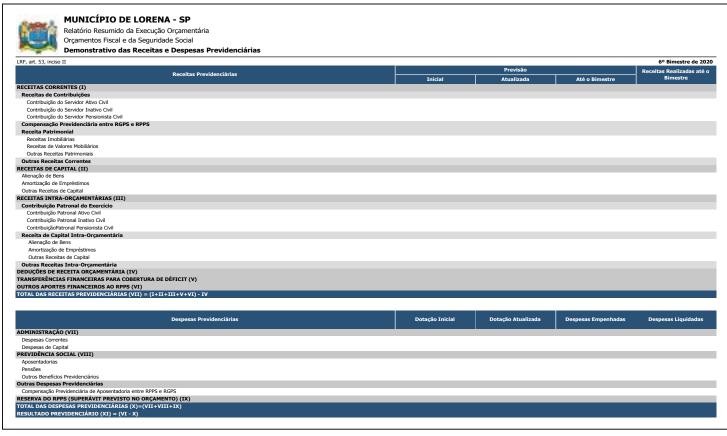
Guaratinguetà - Lorena - Pindamonhangaba - Potim - Roseina e Cidade do Vale Histórico Escritório Logistica.; R. Dr. Cautro Santos, 83 CEP.: 12505-010/ Tel. (12) 3133-3257 IMPRESSÃO: BILLOTA JORNAIS LTDA - ME

CNPJ: 05:304.054/0001-52 / INSCRIÇÃO ESTADUAL: 420.128.993-114 Oficial de Reg. de Tit. e Doc. e Civil de Pessoas Jurídicas Tels.: (12) 3301-5005/3152-2148 de Lorena - SP nº 26 Prot. Of. A-1 Lv. B-1, Fl.

Jornal Atos CNPJ 00.159.914/0001-08 egistro Civil: Certório de Registros e Anexos - Guaratinguetá nº 9 - Fi 25 - Lv B-1 Oficial de Reg. de Tit. e Doc. Civil de Pessoas Jurídicas de Lorena - SP nº 27 Prot. Of. A-1. Lv. B-1, Fl. 29 www.jornalatos.net / e-mail.: atosdiario@gmail.com

Guaratingueta

Central de Redação e Gráfica: Estrado Santa Teresinha, 301 - CEP: 12.608-100 - Lorena-SP



MUNICÍPIO DE LORENA - SP Relatório Resumido da Execução Orçamentária Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Demonstrativo do Resultado Nominal - Exceto Órgão de Previdência				
RF, art 53, inciso III			6º Bimestre de 20	
	SALI			
ESPECIFICAÇÃO	Em 31 Dez 2019 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre Atual (c)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.516.151,32	5.231.901,43	5.231.398	
DEDUÇÕES (II)	20.388.074,60	54.403.276,23	41.497.563	
Ativo Disponível	29.730.709,23	55.517.342,09	42.602.828	
Haveres Financeiros	62.640,81	87.506,45	87.409	
(-) Restos a Pagar Processados	9.405.275,44	1.201.572,31	1.192.67	
ÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-14.871.923,28	-49.171.374,80	-36.266.164	
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)				
PASSIVOS RECONHECIDOS (V) DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	5.516.151,32 -20.388.074,60	5.231.589,50 -54.402.964,30	5.231.086 -41.497.251	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
ESPECIFICAÇÃO	No Bimestre Jan at (c - b)		té o Bimestre Atual (c - a)	
RESULTADO NOMINAL		12.905.713,16	-21.109.176	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR	
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

MUNICÍPIO DE LORENA - SP			
Relatório Resumido da Execução Orçamentária			
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			
Demonstrativo do Resultado Primário			
RF, art 53, inciso III			6º Bimestre de 20
Receitas Fiscais	Previsão Inicial		as Realizadas até o Bimes
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	225.974.640,00	225.974.640,00	265.454.41
Receita Tributária	53.958.530,00	53.958.530,00	63.634.94
Receita de Contribuição			
Receita Previdenciária			
Outras Contribuições			
Receita Patrimonial Líquida	30.000,00	30.000,00	46.6
Receita Patrimonial	3.492.720,00	3.492.720,00	259.0
(-) Aplicações Financeiras	3.462.720,00	3.462.720,00	212.3
Transferências Correntes	169.832.110,00	169.832.110,00	197.690.6
Demais Receitas Correntes	2.154.000,00	2.154.000,00	4.082.1
Diversas Receitas Correntes	2.154.000,00	2.154.000,00	4.082.1
ECEITAS DE CAPITAL (II)	7.308.000,00	7.308.000,00	4.700.23
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Ativos	693.000,00	693.000,00	2.968.4
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (V)			
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (VI)			
Outras Alienações de Bens	693.000,00	693.000,00	2.968.4
Transferências de Capital	6.615.000,00	6.615.000,00	1.731.7
Convênios	6.615.000,00	6.615.000,00	1.731.7
Outras Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VII)=(II-III-IV-V-VI)	7.308.000,00	7.308.000,00	4.700.2
EDUÇÕES DA RECEITA (VIII)	-17.913.360,00	-17.913.360,00	-18.868.1
ECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (IX)=(I+VII-VIII)	215.369.280,00	215.369.280,00	251.286.5
Despesas Fiscais	Dotação Inicial		Despesas Liquidadas
ESPESAS CORRENTES (X)	208.224.000,00	243.798.209,94	212.683.3
Pessoal e Encargos Sociais	119.170.099,60	117.894.675,71	114.776.2
Juros e Encargos da Dívida (XI)			
Outras Despesas Correntes	89.053.900,40	125.903.534,23	97.907.1
ESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	208.224.000,00	243.798.209,94	212.683.3
ESPESAS DE CAPITAL (XIII)	8.608.000,00	29.655.725,12	17.723.1
Investimentos	7.308.000,00	27.167.366,00	15.242.
Inversões Financeiras			
Concessão de Empréstimos (XIV)			
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XV)			
Demais Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida (XVI)	1.300.000,00	2.488.359,12	2.481.0
ESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XVII)=(XIII-XIV-XV-XVI)	7.308.000,00	27.167.366,00	15.242.13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	2.000.000,00		
DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XIX)=(XII+XVII+XVIII)	217.532.000,00	270.965.575,94	227.925.44
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XIX)	-2.162.720,00	-55,596,295,94	23.361.08
	2.102.7 20,00	30.330.233/34	

F, art. 53, inciso V	6º Binestre de									mestre de 20	
	Saldo de Exercío	ios Anteriores		Movimentação até o Bimestre				Inscrição ao Final do Exercício		Saldo até o Bimestre	
Poder/Órgão	Processados	Não Processados	Liquidações -	Pagame			Cancelamentos	Processados	Não Processados	Processados	Não Processados
DER EXECUTIVO	9.405.275,44	3.406.055,55	3.103.201,30	Processados 8.201.857,34	Não Process. 3.103.201,30	Processados 10.743,79	Não Process. 51.712,10	0,00	0,00	1,192,674,31	251.142
02 - PODER EXECUTIVO	9.405.275,44	3.406.055,55	3.103.201,30	8.201.857,34	3.103.201,30	10.743,79	51.712,10	0,00	0,00	1.192.674,31	251.142
01 100,0040 - FEBOM	1.228,88	27.291,44	26.660,29	1.228,88	26.660,29	0,00	631,15	0,00	0,00	0,00	231.14
01 110.0000 - FEBON 01 110.0000 - Geral	2.010.241.15	1.538.235.64	1.344.217.91	1.640.537.30	1.344.217.91	683,26	20.361.12	0.00	0.00	369.020.59	173.65
01 200.0013 - EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	63.369,59	63.369,59	0,00	63.369,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1/3.03
01 210.0000 - Ensino Infantil	43.352,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	43.352,16	
01 213.0000 - Educação Infantil - Pré-escola	3.319,42	16.897,86	6,921,31	3.319,42	6.921,31	0,00	9.976,55	0,00	0.00	0,00	
01 220,0000 - Engino Fundamental	277.159,11	318.249,30	317.682,57	192.810,43	317.682,57	0,00	566,73	0,00	0.00	84.348,68	
01 240,0000 - Ensino Fundamental 01 240,0000 - Educação Especial	2//.159,11	21.093.15	21.093.15	192.810,43	21.093.15	0.00	0.00	0,00	0.00	0.00	
01 310.0000 - Educação Especial 01 310.0000 - Saúde - Geral	2.358.132,80	407.253,25	333.255,39	2.258.318,51	333.255,39	8.214,76	2.997,86	0,00	0.00	91.599,53	71.0
01 410.0000 - Saude - Geral 01 410.0000 - Trânsito - Sinalização	821,77	6.391,88	6.391,88	460,00	6.391,88	0,00	0.00	0,00	0.00	361.77	/1.0
01 510,0000 - Harisito - Sinalização 01 510,0000 - Assistência Social - Geral	138.078.19	10.705.09	10.506.47	135.290.19	10.506.47	0.00	198.62	0.00	0.00	2.788.00	
02 100.0001 - CONVENIO ESTADUAL		0.00	0.00	135.290,19	0.00	0.00	0.00	.,	0.00		
	32.762,25	.,	.,	.,	.,	.,	.,	0,00	0.00	32.762,25	
02 110.0000 - Geral	66,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-,	66,70	
02 200.0003 - SALARIO EDUCAÇÃO	0,00	166.184,41	152.614,80	0,00	152.614,80	0,00	13.569,61	0,00	0,00	0,00	
02 260.0000 - Educação - FUNDEB	43.761,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.761,04	
02 261.0000 - Educação - FUNDEB - Magistério	3.090.086,55	0,00	0,00	3.090.086,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 262.0000 - Educação - FUNDEB - Outros	638.427,16	513.365,99	513.365,99	628.681,39	513.365,99	1.845,77	0,00	0,00	0,00	7.900,00	
02 300.0001 - CONVENIO ESTADUAL	0,00	98.127,16	95.527,16	0,00	95.527,16	0,00	2.600,00	0,00	0,00	0,00	
02 300.0018 - ASMA/RENITE	11.138,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.138,99	
02 300.0052 - PAB ESTADUAL	169.474,55	0,00	0,00	169.474,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 100.0002 - CONVENIO FEDERAL	111.570,45	165,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111.570,45	1
05 210.0002 - PNAP - PROG.NAC.ALIM.NA PRE-ESCOLA	65.997,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.997,94	
05 220.0005 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	307.987,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	307.987,68	
05 220.0008 - PNAE EJA	11.554,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.554,56	
05 262.0000 - Educação - FUNDEB - Outros	25,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,77	
05 300.0027 - PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DE ACESSO E DA QUI	19.062,90	0,00	0,00	19.062,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 300.0028 - REQUALIFICAÇÃO DE UBS - REFORMAS	23.341,64	0,00	0,00	23.341,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 300.0029 - TETO MAC	0,00	119.974,51	119.949,49	0,00	119.949,49	0,00	25,02	0,00	0,00	0,00	
05 300.0031 - CEO	0,00	1.347,00	597,00	0,00	597,00	0,00	750,00	0,00	0,00	0,00	
05 300.0032 - SAUDE MENTAL - CAPS	3.600,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 300.0042 - PISO FIXO EM VIGILANCIA EM SAUDE - PFVS (VES)	45,00	0,00	0,00	45,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 300.0048 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO B	30.439,61	0,00	0,00	30.439,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 300.0054 - DIARIAS MAC	90,00	0,00	0,00	90,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 300.0058 - PAB FIXO	0,00	82.800,65	76.445,21	0,00	76.445,21	0,00	35,44	0,00	0,00	0,00	6.3
05 340.0000 - Saúde - Outros	5.490,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.490,20	
05 500.0002 - CONVENIO FEDERAL	5.070,97	14.603,09	14.603,09	5.070,97	14.603,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 500.0005 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	2.948,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.948,00	
DER LEGISLATIVO	0,00	142.736,07	132.427,79	0,00	132.427,79	0,00	10.308,28	0,00	0,00	0,00	
01 - PODER LEGISLATIVO	0,00	142.736,07	132.427,79	0,00	132.427,79	0,00	10.308,28	0,00	0,00	0,00	
01 110.0000 - Geral	0,00	142.736,07	132.427,79	0,00	132.427,79	0,00	10.308,28	0,00	0.00	0,00	

PODER EXECUTIVO		
Relatório de Gestão Fiscal		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		
Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo	3º Quadri	mestre de 2020
LRF, art. 48		
Quadro Comparativo com os Limites da LRF	Valor	%
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	246.798.698,98	100,000
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	246.798.698,98	100,000
Despesas Totais com Pessoal	105.135.992,19	42,5999
Limite Máximo (art. 20 LRF)	133.271.297,45	54,000
Limite Prudencial 95% (par. ún. art. 22 LRF)	126.607.732,58	51,300
Excesso a Regularizar		
Dívida Consolidada Líquida		
Saldo Devedor	-35.976.814,92	-14,577
Limite Legal (arts. 3º e 4º Res. nº 40 Senado)	296.158.438,78	120,000
Excesso a Regularizar		
Concessão de Garantias		
Montante		
Limite Legal (art. 9º Res. nº 43 Senado)	54.295.713,78	22,000
Excesso a Regularizar		
Operações de Crédito (exceto ARO)		
Realizadas no Período		
Limite Legal (inc. I, art. 7º Res. nº 43 Senado)	39.487.791,84	16,000
Excesso a Regularizar		
Antecipação da Receita Orçamentária		
Saldo Devedor		
Limite Legal (art. 10 Res. nº 43 Senado)	17.275.908,93	7,000
Excesso a Regularizar		

20 a 31/12/2020	
	Felte: 1
INTA	
Marine (MARIN)	Valor (2019)
	- Lancasto
74260,50 D	535A,35 D
25306,79.0	808/38 G
26308.75 G	5007.05 D
9545.74.0	1400.85 D
8545,74 0	3423,66 0
NATIONAL D	1963.16 0
181,18.0	201,89 0
13204,44 D	0,00
5375.39 D	1704,00 0
0.00	60,26 0
48947,3th (b)	47207.25 D
46947,25 0	41987,25 D
42620,14 0	#405E,10 D
Q 86,1568S	24293.31 0
4967,00 0	3545,47 S
94901.3M D	14201,38 0
8307.11 D	3211,09 G
1986,95 D	1015,32 0
1100 ET 0	816,72 0
3179,39 0	1580,10 (2
Nasaus c	10894.28 C
19112F 0	14951,71 G
SACRES C	349.14 C
	3439,14 C
MENUE C	, 2275,REC
830 a 31/12/2020	
	Felta: 2
BENTA	
Control of the Party of the Par	Valor (2019)
in the same of	
5690,00 C	
9990,00 C	4771,86 0
BOTT OF A	7746,81 0
7467 04 C	
753,86 G	
9940717	57702,041
WANTED C	45406,14
36700,34 C	
18849,17.0	5705,80
18940,17 C	
Control of the Contro	CONTRACTOR OF STREET
	100
	2000,73 G 2000,73 G 2000,73 G 8041,74 G 8041,74 G 8041,74 G 18712,86 G 40047,28 G 40047,

Demonstração de Result Resão Soriel LAR SAO VICIENTE DE PAL	ado de 01/01/2020 a 31/12/202 LO DE SEVERAS	•
CNPJ (MF): 01.067.715/0001-24	Inscrição Estadual: ISENTA	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		Fohe: 1
DESCRIÇÃO	WALOR (2020)	VALOR (2019)
Resultado do asercicio	181811,23 D	167558.640
Despesas	160337,77 D	106243,870
Recursos Humanos	180037,77 D	105243,670
Despense of pestioni	13767529.0	133133,620
Salarica e ordenados	57543,09 0	48636.36 0
17 avisto	10067.05 D	4065.620
Fárias e abono	3179.ND	3/(21,42)
INS.S.	13121,770	20006.021
FGTS	4870.460	5177,600
Descess com targeros	41041,250	43696.660
Pris	7 - F - Garage 14	
INSS Parcelamento	770,M D 7081,68 D	#79,600 7229,310
Despesas administrativas	14393,780	13666,690
Manuterophes e reporos	870,000	970,00C
Energia eletrica	4469.570	3433,120
Agus	4243.070	3852.420
Correios e majories	35.740	28,750
Meterial de escritório	53,000	#6.00C
Despesas of viagens	152.50	0.00
Honoratos	4400.00 D	5200,000
Material de construção	169,80 D	46,300
Materials pers usofonsumo	26269,700	19623,760
Medicamentos	4857.95 O	419,750
Almentação	11905,82 D	7413,720
Outros Despesas	0.00	40,003
Despesars de Manutemplo	360,000	0,00
Material de Consumo	11525,210	11170,290
Piero Mutuo	520,000	490,000
Resultado financeiro liquido	1473,460	1614,970
Proteites/despesse financeiras	1473,460	1614,670
Receites financeiras	263,74 C	14,660
Renden de apic financeiras	263.74 C	14,860
Despesas financeiras	1737.260	1629,630
Demonstração de Resulta Resio Social JAS SAC VICANTE DE PAJ	edo de 01/01/2020 a 31/12/2020	





11 DE MARÇO DE 2021 JORNAL ATOS

Afetados pela pandemia, comerciantes cobram suspensão de impostos municipais em Ubatuba

Associação e Município debatem paralisação de cobranças; Executivo analisa reivindicações da categoria

■ Da Redação Ubatuba

Buscando uma alternativa para amenizar os prejuízos financeiros dos lojistas em meio à pandemia, a Aciu (Associação Comercial de Ubatuba) solicitou à Prefeitura na última semana o adiamento da cobrança dos impostos municipais. A entidade cobrou também o apoio do Executivo nas tratativas com as concessionárias de água e energia elétrica para a redução dos tributos.

Em nota publicada na página oficial da Aciu na rede social Facebook, o presidente, José Lanzoni, revelou que se reuniu com a prefeita Flavia Pascoal (PL), na última sexta-feira (5) para propor ações que contribuam para que os comerciantes consigam manter seus negócios dian-



Encontro entre comerciantes e a prefeita Flavia Pascoal; debate sobre ações contra impactos da pandemia

te à queda das vendas, im- Agência Elektro, e de água, pulsionada pelas restrições de funcionamento das loias. Com o agravamento do contágio pela Covid-19, a cobradas dos comerciantes RMVale (Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte) retrocedeu no último sábado (6) à fase vermelha, a mais restritiva, do Plano SP, impossibilitando a abertura do comércio considerado não essencial.

Acompanhado pelo diretor da Aciu, Carlos Castro, o presidente da Associação apresentou um ofício à Flávia com diversas solicitações. Segundo Lanzoni, a principal reivindicação é que a Prefeitura suspenda, por 180 dias, a cobrança de todos os impostos municipais, incluindo suas multas, juros e correção.

Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), para que sejam as tarifas com os valores mínimos de consumo.

Outra solicitação da categoria é que a Prefeitura prorrogue o prazo para o recebimento de requerimentos de remissão (perdão da dívida) do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urba-

Após a entrega do ofício, a Aciu aguarda a análise do documento por parte da atual gestão municipal. Segundo a entidade, Flávia se comprometeu a estudar as propostas e verificar suas legalidades, respondendo assim que possível.

A reportagem do Jornal O segundo principal pe- Atos solicitou um posicionadido é que a chefe do Exe- mento da Prefeitura sobre cutivo apoie a Associação o tema, mas nenhuma resnas negociações com as posta foi encaminhada até concessionárias de energia, o fechamento desta edição.

Pinda estuda anistia para regularização de prédios clandestinos e irregulares

Projeto, que promete menor burocracia em processo sobre espaços, deve passar ainda por votação no Legislativo

AS EDIFICAÇÕES NO MUNICÍPIO DE ROVIDÊNCIAS. de Pindamonhangaba, faz saber que a aprova e ele promulga a seguinte Lei: torizado a conceder a regularização

Reunião que apresentou proposta para anistia em prédios irregulares

Bruna Silva Pindamonhangaba

A Prefeitura de Pindamonhangaba estuda a possibilidade de anistia para regularização de edificações clandestinas e irregulares na região urbana. O projeto será enviado para aprovação da Câmara.

Quando aprovado na Câmara, o projeto permitirá a regularização de todos os prédios na zona urbana que tenham sido construídos até o fim do ano passado. A expectativa é que possam ser regularizados os espaços construídos de forma inadequada ao uso de solo e Código de Obras e Edificações.

"A iniciativa da Prefeitura favorece o proprietário, que poderá obter o Habite-se, e com a regularização do imóvel perante os órgãos públicos, a possibilidade de financiar construções, reformas ou ampliações, além de dar como garantia quando necessário para obtenção de financiamento ou outras ações", comentou a secretaria de Obras e Planejamento, Marcela Franco.

O tema foi debatido, recentemente, por meio de uma audiência pública transmitida digitalmente devido ao risco de contaminação por Covid-19. Os apontamentos feitos pelos participantes serão avaliados pela pasta responsável e também pelos parlamentares.

O projeto poderá beneficiar as micro e pequenas empresas, permitindo o direito ao alvará de funcionamento. O presidente da Câmara, José Carlos Gomes, o Cal (PRB), afirmou que a "intenção é sempre garantir benefícios e avanços em favor dos moradores da cidade". A proposta deve ser debatida em breve pelo Legislativo.

Para participar, os interessados deverão solicitar o benefício pelo 1DOC, a plataforma digital da Prefeitura, além de cumprir as normas do Código de Edificações, assim como contratação de profissional especializado, entre outras determinações técnicas.

Sessão adiada em Pinda após vereador contrair Covid-19

Da Redação Pindamonhangaba

O Legislativo de Pindamonhangaba adiou para a próxima quinta-feira (11) a sétima sessão de Câmara, após receber a confirmação do teste positivo do vereador Norbertinho (PL). A medida foi tomada pela mesa em conjunto com os departamentos de Administração e Legislativo.

Um pregão presencial que estava previsto para o início

desta semana também foi adiado para o fim do mês. Todos os ambientes da Câmara, como plenário, gabinetes e salas de reunião foram desinfectados nesta terça-feira (9).

Os trabalhadores estiveram com as atividades presenciais suspensas até a hoje (10), quando devem retornar à Câmara. As sessões seguem sem a participação do público devido ao risco de contaminação por Covid-19. Pindamonhangaba identificou mais de oito mil casos da doença.



Norbertinho; novo caso de Covid



